

Modelo 26 - Mapa da Locação financeira

MUNICÍPIO DE RIBEIRA GRANDE  
Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021

LOCADOR		Início da locação	Investimento bruto na locação	Investimento líquido na locação	Número de meses	Visto do TC	Condições				Reconhecimento inicial da locação			Pagamentos da locação												Passivo remanescente		Valor antes da pagamento no final de N	Valor líquido do ativo locado no final de N		
Designação	NIPC						N.º	TAE	Custos diretos iniciais	Rendas		Começo do prazo da locação	Passivo	Ativo	Encargos financeiros						Redução do passivo pendente			Rendas contingentes	No início de N	No final de N					
											Periodicidade				Juros contratuais			Juros de mora			Outros encargos						Até N			Em N	Previstos após N
															Até N	Em N	Previstos após N	Até N	Em N	Previstos após N	Até N	Em N	Previstos após N								
SDRG - Sd	512088993	01-01-2020	0	0			13	0,00	52	Trimestral	01-01-2020	6 917 755,00	6 917 755,00	168 488,43	209 394,55	5 217 617,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	527 348,90	484 500,33	5 905 905,77	0	6 390 406,10	5 905 905,77	0	5 905 905,77	
SDRG - Sd	512088993	01-01-2020	0	0			13	0,00	52	Trimestral	01-01-2020	2 581 788,00	2 581 788,00	62 827,40	85 037,60	2 045 276,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201 405,17	180 848,52	2 199 534,31	0	2 380 382,83	2 199 534,31	0	2 199 534,31	
SDRG - Sd	512088993	01-01-2020	0	0			13	0,00	52	Trimestral	01-01-2020	3 062 591,92	3 062 591,92	67 082,94	89 443,92	2 111 087,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209 274,35	186 831,32	2 666 486,25	0	2 853 317,57	2 666 486,25	0	2 666 486,25	
Total												12 562 134,92	12 562 134,92	298 398,77	383 876,07	9 373 982,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	938 028,42	852 180,17	10 771 926,33	0	11 624 106,50	10 771 926,33	0	10 771 926,33	

Nota: Com a internalização da empresa municipal Ribeira Grande Mais, EM., deu-se a19-12-2014 a cessão da posição contratual dos 3 contratos de arrendamento de fogos para habitação social com opção de compra, entre a empresa municipal e o Município de Ribeira Grande. Estes contratos não foram sujeitos a visto do Tribunal de Contas. Com a entrada em vigor do SNC-AP os 3 contratos foram considerados contratos de locação financeira por cumprir com alguns dos critérios da NCP 6.